

Plantação de florestas usurpa terra dos camponeses

JULIETA Amade é camponesa e vive no distrito de Ribáuè, Nampula. Conta, num documentário lançado recentemente na cidade de Maputo, que perdeu as suas machambas, com todas as culturas existentes, e recebeu um valor que é considerado irrisório.



Green Resources diz que privilegiou as comunidades

Como ela, outras famílias das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia relatam no filme que viram hectares de terras férteis usurpados pela empresa de capitais noruegueses, *Green Resources*.

organizações não-governamentais Justiça Ambiental, Livaningo e União Nacional de Camponeses (UNAC).

O filme, com duração de 25 minutos, diz que a *Green Resources* Moçambique actua no país

negociar com a empresa.

"Muitas destas áreas foram concedidas sem observância de consultas comunitárias abrangentes, o que viola a Lei de Terras", acusa.

Falando no documentário, os

comunidade. Vinham com bolachas. Prometeram dar emprego, construir hospitais, escolas, entre outras coisas", relata Alfredo Agostinho, no documentário, avançando que as promessas não foram cumpridas.

Sheila Rafi, da Livaningo, refere que alguns camponeses assinaram documentos sem saber do conteúdo, sendo que alguns receberam até 1 metical, 300 meticais e outros valores irrisórios, para deixar os seus terrenos.

Luís Muchanga, coordenador executivo da UNAC, conta que grande parte dos camponeses reivindica a devolução dos seus terrenos e outra clama por compensações justas. Afirma que o documentário dá continuidade ao relatório produzido pela ONG Lexterra, que denuncia tais factos.

EMPRESA DESMENTE USURPAÇÃO

Entretanto, fonte ligada à empresa *Green Resources* refuta todas as alegações retratadas no documentário por, alegadamente, não corresponderem à verdade.

Em reacção, Aníbal dos An-

cialização de estacas e outros derivados, negando que tenha outros objectivos com as terras.

Aníbal dos Anjos refere que a sua instituição exerce as suas actividades em conformidade com as leis vigentes em Moçambique e que a população recebeu compensações justas. Para ele, as queixas são originadas por ONGs com intenções e motivações inconfessáveis.

"O Conselho de Ministros aprovou a nossa actuação no país. As nossas actividades estão em harmonia com a comunidade, e antes de operarmos dialogámos com as comunidades, desenvolvemos campanhas de sensibilização para mostrar a importância da nossa actuação", detalha.

Em relação à construção de infra-estruturas, referiu que a sua instituição está a trabalhar numa parceria pública-privada para o desenvolvimento de um programa para ajudar as comunidades. Detalha que está a promover uma campanha para a aquisição de bilhetes de identidades para a população, que até ao momento abrange mais de 3000 pessoas, das 35000 previstas.

"Por exemplo, estamos a cons-

FOTO: IMAGENS DO DOCUMENTÁRIO



Naquelas terras nós produzíamos
mandioca, amendoim, milho e mapira

Cpula, Niassa e Zambézia relatam no filme que viram hectares de terras férteis usurpados pela empresa de capitais noruegueses, *Green Resources*.

e União Nacional de Camponeses (UNAC). O filme, com duração de 25 minutos, diz que a *Green Resources* Moçambique actua no país

concedidas sem observância de consultas comunitárias abrangentes, o que viola a Lei de Terras", acusa.

Falando no documentário, os

construir hospitais, escolas, entre outras coisas", relata Alfredo Agostinho, no documentário, avançando que as promessas não foram cumpridas.

Sheila Rafi, da Livaningo, refere que alguns camponeses assinaram documentos sem saber do conteúdo, sendo que alguns receberam até 1 metical, 300 meticais e outros valores irrisórios, para deixar os seus terrenos.

Luís Muchanga, coordenador executivo da UNAC, conta que grande parte dos camponeses reivindica a devolução dos seus terrenos e outra clama por compensações justas. Afirma que o documentário dá continuidade ao relatório produzido pela ONG Lexterra, que denuncia tais factos.

EMPRESA DESMENTE USURPAÇÃO

Entretanto, fonte ligada à empresa *Green Resources* refuta todas as alegações retratadas no documentário por, alegadamente, não corresponderem à verdade.

Em reacção, Aníbal dos Anjos, da *Green Resources*, disse que os números avançados pelo documentário não correspondem à realidade.

Referem que a empresa possui cerca de 126 mil hectares, e até teve de abdicar de algumas áreas, num total de cerca de 70 mil hectares. Avançou que a entidade tem menos de 30 DUATs.

Em relação ao uso dos terrenos, afirmou que a finalidade da *Green Resources* é a plantio de eucaliptos para a posterior produção e comer-

objectivos com as terras.

Aníbal dos Anjos refere que a sua instituição exerce as suas actividades em conformidade com as leis vigentes em Moçambique e que a população recebeu compensações justas. Para ele, as queixas são originadas por ONGs com intenções e motivações infundadas.

"O Conselho de Ministros aprovou a nossa actuação no país. As nossas actividades estão em harmonia com a comunidade, e antes de operarmos dialogámos com as comunidades, desenvolvemos campanhas de sensibilização para mostrar a importância da nossa actuação", detalha.

Em relação à construção de infra-estruturas, referiu que a sua instituição está a trabalhar numa parceria pública-privada para o desenvolvimento de um programa para ajudar as comunidades. Detalha que está a promover uma campanha para a aquisição de bilhetes de identidades para a população, que até ao momento abrange mais de 3000 pessoas, das 35000 previstas.

"Por exemplo, estamos a construir furos de água, em Mecubúri e Ribáuè, para potenciar a agricultura. Em relação à construção de escolas e outras infra-estruturas, a nossa acção depende em grande medida da participação das entidades governamentais. Mas estamos a trabalhar neste sentido", avançou, frisando que as infra-estruturas comunitárias serão geridas pelas entidades competentes, "nossa única missão será a sua construção e oferta às comunidades", disse.



FOTO: IMAGENS DO DOCUMENTÁRIO

Naquelas terras nós produzíamos mandioca, amendoim, milho e mapira

A *Green Resources* tirou a minha fonte de renda - Julieta Amade

sources, para plantação florestal. Além desta denúncia, a empresa é acusada de plantar árvores exóticas, como o eucalipto, que consome uma grande quantidade de água em prejuízo dos solos da população que vivem nos arredores desta propriedade.

O filme denuncia igualmente o uso de produtos químicos tóxicos que prejudicam os solos e a água.

"Naquelas terras nós produzíamos mandioca, amendoim, milho e mapira. Fomos obrigados a abandonar a machamba, deixando os nossos produtos", conta Julieta Amade, inconformada.

A residente de Ribáuè ainda tem viva a memória do dia em que viu os tractores da empresa a devastarem as suas culturas. Refere que a administração do distrito apenas lhe informou que a *Green Resources* queria fazer o seu trabalho. "Eles disseram que pagariam bem pelas terras, mas deram-nos pouco dinheiro", reclamam.

Sem alternativas, a camponesa viu-se obrigada a mudar de terreno, procurar outras terras para cultivar e alimentar os seus filhos.

"Assim, pode surgir a insegurança alimentar, como resultado da redução das áreas de cultivo", denuncia o documentário.

ÁREAS FÉRTEIS USADAS PARA PLANTIO DE ÁRVORES

"O Avanço das Plantações Florestais Sobre o Território das Comunidades", título do documentário, que foi produzido pelas

desde 2006 e é uma das principais empresas envolvidas em conflitos de terra com a comunidade. Relata que a instituição obteve aproximadamente 74 títulos de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), correspondente a 264.898 hectares acumulados ao longo do corredor de Nacala. O documentário narra que nos terrenos incluídos ainda as concessões de terra da empresa Chikwete, no Niassa.

No entanto, constata o filme, em mais de 10 anos, a empresa plantou cerca de 25 mil hectares, o que corresponde a 10 por cento da área total concessionada. Pelo facto de a *Green Resources* Moçambique não ser uma empresa de reforestamento, mas de plantações florestais para fins comerciais, a monitoria da sua actividade carece de maior fiscalização.

FALTOU DIÁLOGO COM A POPULAÇÃO

Anabela Lemos, directora do conselho executivo da Justiça Ambiental, refere que em quase toda as terras houve violação dos direitos das comunidades, o que resultou em convulsões sociais e reassentamento compulsivos. Acusa a *Green Resources* de não ter dialogado com os camponeses.

Refere que para a obtenção de terra foram usados métodos pouco claros. Acusa a empresa de ter "comprado" os líderes comunitários para que estes convencessem a população a

camponeses Alfredo Agostinho, do distrito de Mecubúri, em Nampula, e Sulemane Jabi, do distrito de Sanga, no Niassa, confirmam a acusação. Contam que alguns dos líderes comunitário corrompidos pela *Green Resources* trabalharam com empenho para convencer a população.

"Quando eles chegaram, reuniram-se primeiro com os líderes, depois juntaram uma parte da



FOTO: E. MATSINHE

Luís Muchanga, coordenador executivo da UNAC, exige o respeito dos direitos das comunidades